

## **PARTICIPAÇÃO PARENTAL**

Paula Cristina Galrito Bento  
paulacristinabento@gmail.com  
Escola Básica do 2º e 3º Ciclos de Oliveira do Hospital

### **Resumo**

A presente comunicação emerge no âmbito de uma investigação que pretendeu analisar a interacção entre a escola e a família, dando oportunidade à reflexão sobre a forma como se processa a participação parental/EE no Projecto Curricular de Turma (PCT), e o papel do Director de Turma (DT) enquanto responsável pela concepção, acompanhamento e avaliação deste instrumento promotor da participação parental.

O referencial teórico incide na relação escola – família – comunidade e direcção de turma, para que possamos investigar e compreender esta controversa.

A investigação apoiou-se num estudo de caso, e desenvolveu-se através de entrevistas aos Directores de Turma (DTs) do 2º ciclo do ensino básico, à Presidente do Conselho Executivo (PCE) e à representante dos Encarregados de Educação (Rep/EE) de uma escola do centro do país.

Da análise efectuada, ocorre concordância entre a PCE e DTs sobre a participação parental/EE no PCT, considerando que o envolvimento destes actores educativos se reflecte no desempenho e sucesso dos alunos. Os EEs entrevistados revelaram desconhecer a filosofia deste documento, assim como a possibilidade de contribuírem para a sua construção, contudo, afirmaram que existe bom relacionamento entre os vários actores educativos.

Alguns DTs mostraram dificuldades em conseguir que os EEs vão à escola, existindo consenso entre DTs e a PCE que o envolvimento parental tem repercussões positivas na escola, na família e na criança.

### **INTRODUÇÃO**

Pretende-se com esta comunicação dar a conhecer a investigação realizada no âmbito da relação escola-família, refere a forma como se processa a participação parental no Projecto Curricular de Turma e, o papel do Director de Turma enquanto interface desta relação e responsável pela concepção e acompanhamento deste instrumento promotor do sucesso educativo.

Neste sentido, as incumbências com que a escola se defronta não podem dissociar-se do papel do professor, que funciona como peça-chave de todo o processo de mudança, cabendo-lhe, em última estância, concretizar no terreno com os alunos, aquilo que é arquitectado ao nível das estruturas da administração central e intermédia. Ao professor compete ajudar a formar cidadãos autónomos e responsáveis, capazes de vencerem e de se integrarem numa sociedade complexa e em constante transformação.

Assim, o texto está organizado em torno dos seguintes tópicos:

- Numa primeira fase, começaremos por elaborar um resumo, daquilo que nos pareceu essencial para a conceptualização teórica da relação – Escola–Família–Comunidade; sistematizaremos, depois, finalidades e benefícios decorrentes da participação parental, referidos na literatura; o papel do Director de Turma perante –Professores–PAIS/EE–Alunos– na construção do PCT; perfil/funções do DT; deveres dos PAIS/EE; a autonomia das escolas e a participação parental na construção e acompanhamento do PCT.

–Numa segunda fase, apresenta-se o desenvolvimento empírico do estudo, e a metodologia de suporte, objectivos que nortearam o estudo de caso e a análise efectuada às cinco categorias que apoiaram a investigação.

–Numa terceira fase, são abordadas as principais conclusões que nos foram possíveis obter sobre o estudo. Por fim, deixamos algumas questões em aberto que achamos pertinentes, para serem aprofundadas noutros estudos.

## **I –Parte**

### **1–A CONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA DA RELAÇÃO**

#### **ESCOLA - FAMÍLIA - COMUNIDADE**

A família e a escola encontram-se estreitamente envolvidas na educação dos jovens, os aspectos pelos quais são responsáveis e a forma como essa responsabilidade é partilhada, vai mudando de acordo com os tempos, com a cultura de participação que se vai fomentando em cada uma das escolas e o cenário político actual. A escola, separada da família e da comunidade, só por si, não consegue alcançar o sucesso educativo e integração dos jovens na sociedade, precisa de abrir as portas a todos os que estão interessados, directa ou indirectamente, na educação e no sucesso dos jovens e da sociedade.

Cléopâtre Montadon e Philippe Perrenoud (2001) referem que os fenómenos estruturais, políticos e económicos da sociedade têm exercido influências sobre o sistema escolar que, por sua vez, também sofreu alterações ao longo dos tempos. O aumento da escolaridade obrigatória, a democratização do ensino, as alterações aos conteúdos programáticos, a evolução das metodologias de ensino, entre outros, são alguns dos exemplos referidos na literatura, o que vai fazer com que as famílias comecem a sentir cada vez mais dificuldades em ajudar os filhos nas tarefas escolares.

Segundo Manuel Sarmento e Ilídio Ferreira (1999), os problemas gerados com a crise da educação obrigaram a que a escola incorporasse nas suas estruturas outras formas de participação, não previstas até ao momento. Inicialmente ‘na linha de uma educação nova’ a participação cingia-se à perspectiva pedagógica, que apenas aglutinava a comunidade escolar

formada por professores e alunos. Posteriormente, o novo contexto social exige que seja incorporada a dimensão social e política, diligenciando abranger a participação das famílias, das autarquias e de outros elementos e instituições interessadas no processo educativo.

Vários autores fazem diferenciação entre o termo **envolvimento** e **participação**: o primeiro apresenta-se relacionado com as actividades desenvolvidas pelos pais, em casa, na escola e/ou na comunidade, tendo em vista a educação e desenvolvimento dos seus filhos. O segundo reporta-se para exprimir formas de relacionamento a nível institucional, como tomadas de decisões nos órgãos formais da escola.

Pedro Silva refere-se ao envolvimento parental como o apoio directo das famílias aos seus educandos (2003). Entendendo-se por isso o apoio individualizado que as famílias dedicam aos seus educandos, por exemplo, a supervisão na realização dos trabalhos de casa. Don Davies et .al., consideram ‘o envolvimento dos pais, primeiro, ligado ao desenvolvimento da criança e ao sucesso académico e social dos alunos na escola’ (1989, p.38). Ou seja, se houver um envolvimento efectivo dos pais, poderá existir uma maior socialização das crianças com a escola, reflectindo-se no seu sucesso académico. Para conjugação das duas estruturas, escola e família, dever-se-á conceder oportunidades de relacionamento mútuo, entre ambas. A este propósito José Diogo alega que ‘ (...), será mais viável **mudar as escolas** do que **mudar as famílias**’ (1998, p.52); se a escola mudar de atitude, perante o distanciamento de algumas famílias, poderá conquistar a sua presença e diminuir o fosso existente, na relação entre as duas instituições - escola e família.

De acordo com Children and Their Primary Schools (1967, cit. por Don Davies et al. 1989, pp.37-38) poder-se-á inferir que existem quatro finalidades e conseqüente benefício na participação parental:

**1-‘Com o envolvimento dos pais, podemos ajudar as crianças’.** Neste contexto Pedro Silva apresenta vários benefícios no envolvimento parental, reflectindo-se não só na criança, mas também nas famílias através de ‘uma maior co-responsabilização no processo educativo dos seus educandos, com resultados positivos para estes que daí advêm, para além de uma valorização social das famílias, sobretudo as de meios populares, a partir da imagem que lhes é devolvida pela instituição escolar’ (2003, p.28). Não existe qualquer formulário prescritivo sobre o envolvimento Parental/EE na vida escolar dos seus educandos, tendo em vista o sucesso dos mesmos, existe, no entanto, uma variedade de papéis que estes poderão adoptar, tais como: utilizando reforços positivos sobre o desempenho dos seus educandos, incentivando-os para que obtenham melhores resultados, supervisionando as tarefas escolares, ajudando-os na organização do material escolar necessário para o dia seguinte, perguntando-lhes como correu o dia na escola, o que aprenderam de novo, controlando a organização e limpeza dos cadernos

diários, falar com os filhos sobre a escola como se lá andassem também, contactando o Director de Turma com assiduidade, presencialmente ou telefonicamente, para que o aluno sinta a articulação e cumplicidade entre a escola e a família;

**2-‘Com o envolvimento dos pais podemos ajudar os pais’.** José Diogo refere-se à participação parental na vida escolar dizendo que pode desenvolver sistemas de autoformação e aumentar a eficácia das interacções entre os diversos actores: EE/aluno, EEs/EEs e EEs/professores, na participação conjunta chega-se a resultados mais clarificadores e o benefício é repartido por todos, através de uma permuta de saberes, valores, opiniões, atitudes e comportamentos, entre outros (1998);

**3-‘Com o envolvimento dos pais podemos ajudar as escolas’.** Thomas Sergiovanni alerta-nos para os benefícios da participação parental mencionando que os pais começarão a compreender melhor a escola, porque ‘os compromissos aproximam as pessoas e criam ligações mais estreitas entre estas e a própria escola’ (2004, p.43), contribuindo para que exista um conhecimento mais profundo e uma co-responsabilização partilhada entre a escola e a família. Quando existe envolvimento parental com relações positivas e harmoniosas entre a escola e a família, respeitando a especificidade de cada um, os conflitos diminuem e amplia-se a confiança e a estabilidade organizacional;

**4-‘Com o envolvimento dos pais podemos esperar melhorias na sociedade democrática’.** Na teoria de Don Davies et al., a educação é essencial à formação dos novos cidadãos, na medida em que os saberes seleccionados pela sociedade e os seus valores serão transmitidos e construídos mediante acções educativas. Para que os mesmos se desenvolvam de forma coerente com a democracia, a educação deve pautar-se por princípios e acções que se traduzam num modelo ideal a transmitir aos jovens (1989). O alargamento da escolaridade tem produzido alterações que se reflectem em melhorias na sociedade, esbatendo-se a reprodução das desigualdades educacionais, de acordo com uma sociedade mais democrática, mais participativa e menos elitista.

## **2- O PAPEL DO DIRECTOR DE TURMA PERANTE – PROFESSORES – PAIS/EEs – ALUNOS NA CONSTRUÇÃO DO PCT**

Tendo em conta o papel do director de turma, Maria do Céu Roldão considera que perante os docentes da turma, o director de turma realiza um papel de coordenação entre os professores das diversas áreas curriculares, cabendo-lhe também o papel de articulação e mediação entre a acção dos professores e os restantes actores educativos, envolvidos no processo educativo, alunos e EEs (2007). Se a coordenação, articulação e mediação, forem efectivamente

contempladas na sua amplitude pedagógica, poder-se-á começar a atingir maiores níveis de sucesso escolar e maior satisfação entre todos os intervenientes – Professores, Pais e Alunos.

Ao DT é atribuído o papel de intermediário entre o conselho de turma, a família e os alunos. O perfil do professor a designar como DT surge muito pouco explicitado nos normativos. As funções/competências/perfil do DT têm contido, ao longo dos anos, vários reajustamentos e redefinições a nível da organização escolar, das tarefas e grau de intervenção. Destaca-se o Decreto Regulamentar nº 10/99, que reitera o perfil vago do DT contido no Decreto-Lei 115-A/98, que estabelece, de novo, a sua designação pela direcção executiva de entre os professores da turma, sendo escolhido preferencialmente um docente profissionalizado. Sem prejuízo de outras competências fixadas na lei e no regulamento interno, as competências previstas para a função do cargo de DT são, no entanto, especificadas no Decreto-Lei 115-A/98, como pode ler-se, ao director de turma compete:

**1- ‘Assegurar** a articulação entre os professores da turma e com os alunos, pais e encarregados de educação;

**2- Promover** a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;

**3- Coordenar**, em colaboração com os docentes da turma, a adequação de actividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta do grupo e à especificidade de cada aluno;

**4- Articular** as actividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;

**5- Coordenar** o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu carácter globalizante e integrador;

**6- Apresentar** à direcção executiva um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido’ (Artigo 7.º, ponto 2). Estas funções devem ser realizadas através de processos de interacção, em que o diálogo permanente e a eficácia na comunicação são essenciais para um bom desempenho do cargo. Pela interacção que se estabelece com as famílias, permite um conhecimento mais aprofundado das suas dificuldades e dos problemas que muitas vezes estão na base do insucesso e abandono escolar de muitas crianças.

Segundo Ramiro Marques, existem três qualidades que devem estar presentes no desempenho do cargo de Director de Turma, e que são comuns à pedagogia centrada na pessoa, «autenticidade, aceitação e empatia» (2002, p.26). Será através de uma pedagogia de veracidade, coerência, firmeza e sem oscilações, com capacidade para aceitar e compreender os desvios muitas vezes sinuosos, que causam problemas irreversíveis na criança – como o aceitar ou rejeitar, o professor/DT, a escola, entre outros – e que o Director de Turma muitas vezes tem de resolver, sozinho, utilizando pedagogia, coerência e bom senso, resultante da sua

experiência, do seu carácter e formação pessoal. Pela diversidade de normativos existentes, pela ausência da definição de um perfil, pela carência de formação específica dos professores para o desempenho do cargo, encontra-se o caminho aberto para que a especificidade no exercício do cargo de direcção de turma, dependa muito da sensibilidade de cada um dos indivíduos que o ocupa. Na generalidade é dada prioridade, quase absoluta, às tarefas de natureza burocrática, em detrimento das tarefas pedagógicas inerentes a tão nobre função.

Tendo em vista o desenvolvimento integral da criança, como alerta Bronfenbrenner nos estudos realizados, para que esta não sofra rupturas entre a escola e a família, e não exista alienação da criança a um novo 'contexto', a transição ecológica a que a criança está sujeita, deverá ser feita de forma harmoniosa, sem rupturas, para que a criança tenha um bom desenvolvimento e integração social (1987), sendo por isso muito importante que a familiaridade dos pais com a escola seja incentivada e prolongada durante a escolaridade básica. Assim, ocupam um papel de intervenientes e participantes activos na construção das aprendizagens dos seus educandos, através da participação e envolvimento no Projecto Curricular de Turma.

De acordo com a reflexão efectuada coloca-se um desafio ao director turma: De que forma participam os Pais/EE na construção e acompanhamento do Projecto Curricular de Turma?

Este desafio demonstra o papel essencial que o DT desempenha no conselho de turma, como gestor intermédio deste órgão, cabe-lhe incentivar a participação e colaboração de todos os elementos, solicitando propostas, intervenções e questionando todos os intervenientes, para que exista uma dinâmica de participação colaborativa, e para que todos sejam co-responsáveis no Projecto Curricular de Turma, instrumento tão importante para o sucesso do aluno/turma.

Em jeito de conclusão, observando as funções atribuídas ao DT no que concerne à colaboração entre a escola e a família, evidenciam-se duas: **articular as acções** previstas para a turma entre os intervenientes no processo educativo – professores, alunos e a família – e **promover a sua participação**, nas actividades e nos projectos da turma. Contudo, a lei prevê a presença dos Pais/EEs nos conselhos de turma, participação nas actividades, mas não estabelece formas concretas de como deve ser concretizada essa mesma participação, o que provoca alguma inibição aos DTs com receio de infringirem a lei; na prática, a participação parental é mais simbólica que real. Curiosamente, ao longo da investigação efectuada nos normativos legais, apesar de haver abertura à presença dos representantes dos pais nos Conselhos de Turma, verifica-se, por outro lado, a inexistência de indicadores para que se efectue a participação/colaboração, o que acaba por gerar inconsistência à sua acção.

O encarregado de educação (EE) possui uma posição privilegiada relativamente à escola, é alguém que no acto de matrícula se responsabiliza formalmente, através dos documentos para o efeito, em manter um contacto com a escola, e a fazer o acompanhamento da vida escolar da

criança, independentemente dos laços familiares que possam existir, sendo a pessoa que a escola reconhece com responsabilidade sobre a criança, que contacta sempre que sente necessidade de resolver problemas relacionados com o desempenho académico e/ou comportamental, ou ainda, para transmitir o sucesso académico e social do aluno. É o representante dos mesmos no Conselho de Turma, traduzindo a possibilidade da presença das preocupações e interesses dos Pais/EE no cerne da educação escolar dos seus filhos. Ao mesmo tempo, permite a integração de um outro olhar sobre a escola que, a ser rentabilizado pelos professores, permitirá um entendimento mais integrado sobre o processo educativo das crianças e jovens. A nível de cada turma, está consignado o direito de representação colectiva dos EEs, por um representante, através do Decreto-Lei 115-A/98, que estabelece a sua inclusão no conselho de turma. O representante dos EEs assume a co-responsabilização nas actividades projectadas para a turma no acompanhamento e avaliação do Projecto Curricular de Turma. Este diploma apenas exclui os EEs na fase das reuniões dos conselhos de turma destinadas à avaliação sumativa (Artigo 36.º, alínea c).

A Lei 3/2008, referente à autonomia e responsabilidade dos pais e encarregados de educação, no artigo 6.º, incumbe-lhes, para além das responsabilidades intrínsecas ao seu “poder – dever” de acompanharem e controlarem a educação dos seus filhos e educandos, obrigações no sentido de favorecer o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos. Compete especificamente a cada um dos pais e encarregados de educação:

- 1) **Prestar** um acompanhamento assíduo à vida escolar dos seus educandos, sobretudo durante a sua passagem/permanência pelo ensino básico, período em que o aluno vai construindo os alicerces para a sua autonomia intelectual, mas que necessita de ser supervisionado, controlado e encaminhado, no sentido de colaborarem na construção da autonomia necessária à sua independência;
- 2) **Diligenciar** para que os seus educandos tenham comportamentos correctos com todos os elementos da comunidade educativa, para que sejam assíduos e pontuais cumprindo com os seus deveres cívicos;
- 3) **Transmitir** o seu parecer sobre o Projecto Educativo Escolar e o regulamento interno da escola;
- 4) **Colaborar** com os professores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, quando solicitados;
- 5) **Comparecer** na escola sempre que lhes seja solicitada a sua presença para que exista uma articulação entre a escola e a família;

**6) Conhecer** o estatuto do aluno e o regulamento interno, subscrevendo e fazendo subscrever o seu educando, uma declaração anual de aceitação e compromisso pelo seu cumprimento integral.

Estas funções dos Pais/EE nas escolas espelham a possibilidade que estes têm em se ‘fazerem ouvir’ sem, contudo, participarem nas decisões formais aí assumidas, ou seja, podem intervir e participar transmitindo o seu parecer, adoptando assim outras formas de envolvimento.

A colaboração entre a escola e a família tem sido abordada em diferentes perspectivas, a análise que nos propusemos realizar incide sob a participação Parental/EE na construção e acompanhamento do projecto curricular de turma.

Percorrendo Carlinda Leite e Fátima (2000), verificamos que a concepção de projecto tem sido relatada por vários autores, como a representação dos trilhos a seguir até à sua concretização. Projecto não é apenas uma intenção expressa, é mais do que isso, é também acção, a qual deverá conduzir mais-valia para o presente, a concretizar no futuro. Na lógica de Berta Macedo o termo ‘ “projecto” só ganha verdadeiramente sentido no contexto de que é parte e na dinâmica que ele próprio desencadeia.’ (1995, p. 99). Assim, a escola deverá ser autêntica e fiel na edificação dos seus Projectos: Educativo, Curricular de Escola e Curricular de Turma. Miguel Zabalza salienta que deve começar a desenvolver-se um processo de transformação que permita converter um *currículo* – geral, normativo e descontextualizado da realidade onde o mesmo se insere – num *projecto*, em que os seus actores lhe conferem intencionalidade própria, contextualizando-o à sua realidade, tornando-o assim num projecto integrador, vivido e participado pelos seus intervenientes (1992).

Os projectos curriculares de escola (PCE) e os projectos curriculares de turma (PCT) surgem na literatura científica como meios facilitadores para a organização promover mudanças que facilitem as aprendizagens, no sentido de uma escola de sucesso para todos. A sua concepção está prevista no Decreto-Lei n.º 6/2001, que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional. Nesse sentido, estabelece nos princípios gerais, estratégias de desenvolvimento do currículo nacional e determina aquele diploma:

«As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão» (Artigo 2.º, ponto 3).

Tanto o projecto curricular de escola como o projecto curricular de turma, pretendem adaptar o currículo nacional à especificidade da escola/alunos/turma. Carlinda Leite, Lúcia Gomes e Preciosa Fernandes recordam que ‘os projectos curriculares – de escola e de turma – pretendem, pois, ser meios facilitadores da organização de dinâmicas de mudança que propiciem aprendizagens com sentido numa escola de sucesso para todos’ (2001, p.16). Embora os



conceitos de PCE e PCT sejam de natureza semelhante, a verdade é que o PCT é o instrumento que permite incorporar, na prática, as condições que garantam aos alunos de cada turma específica a realização/concretização de determinadas aprendizagens e, por consequência, o sucesso educativo.

Compete ao DT, como orientador educativo dos alunos e gestor do currículo da turma, fomentar no Conselho de Turma a articulação curricular. Deverá, para isso, estar atento a todos os pormenores que possam causar desvios ao desenvolvimento do PCT, pedir contas e exigir esclarecimentos ao conselho de turma, sobre o que se fez ou não, co-responsabilizando todos os intervenientes para o cumprimento das planificações, promover uma reflexão/avaliação sistemática, conjunta e participada por todos os intervenientes no processo educativo, onde se poderão alterar estratégias, métodos e conteúdos, resultando um PCT consistente, autêntico e impulsionador para o desenvolvimento das capacidades de cada aluno, não redundando num somatório de decisões, estereotipadas e individuais, de cada professor.

O PCT teve como antepassado o plano de trabalho, um importante documento e instrumento de trabalho de cada turma que surgiu definido no Decreto-Lei nº 115-A/98. Esse plano era da responsabilidade do conselho de turma, constituído pelos professores da turma, por um delegado dos alunos e por um representante dos pais/EEs que tinha como objectivos a organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades a desenvolver com os alunos e devia integrar estratégias de diferenciação pedagógica e de adequação curricular, para o contexto da sala de aula, da turma, destinadas a promover melhoria das aprendizagens, a articulação entre a escola-família, tendo em vista o sucesso dos alunos.

### **3—A AUTONOMIA DAS ESCOLAS E A PARTICIPAÇÃO PARENTAL NA CONSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJECTO CURRICULAR DE TURMA**

O aparecimento do Decreto-Lei 115-A/98 e, posteriormente, o 75/2008, veio reconhecer o direito à participação dos pais na vida da escola, abrindo as portas para a democratização e igualdade de oportunidades, através da acção colaborativa em iniciativas que desenvolvam e motivem as aprendizagens dos alunos, no sentido de uma melhoria da escola e qualidade do ensino. Este normativo em vários pontos faz referência à autonomia da escola, apelando para que a mesma proceda com responsabilidade e que seja partilhada por todos os intervenientes na comunidade educativa, apresentando benefícios para os alunos. Referimo-nos aqui à autonomia curricular, de que a escola dispõe, e que o conselho de turma pode gerir, de acordo com a diversidade cultural dos alunos. É necessário tornar o currículo mais aliciente e proceder à sua flexibilização, uma vez que as escolas compreendem uma diversidade de públicos, tornando-as

todas com características diferentes umas das outras. É indispensável que exista alguma autonomia curricular, que facilite a adaptação dos conteúdos às necessidades dos alunos e as suas expectativas.

O Decreto Regulamentar 10/99 refere-se à relação escola-família através da 'articulação entre os professores da turma e com os alunos, pais e encarregados de educação', 'articular as actividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação'.

O Projecto Curricular de Turma, alicerça-se através do Decreto-Lei n.º 6/2001 (Artigo 2.º, ponto 4), deverá ser concebido, aprovado e avaliado pelo conselho de turma, consoante os ciclos, vai consubstanciar-se no PCE situado na dimensão meso, ou seja, no contexto escolar, este materializa-se a partir do currículo nacional, adaptando-o ao contexto de cada escola. O PCT, numa dimensão micro, adapta o currículo previsto no PCE ao contexto de cada turma, respeitando as características da turma, limitações e interesses, para conseguir obter o sucesso educativo da turma.

Hoje, pela heterogeneidade que a sociedade apresenta quer ao nível cultural, linguístico, económico, étnico entre outros, é fundamental que a escola repense o seu papel, de modo a que o aluno beneficie do direito de igualdade de oportunidades, promotor do sucesso – através da construção do PCT– onde o seu trabalho seja reconhecido e estimulado, para que gradualmente possa desenvolver cada vez melhor as suas capacidades e competências. Caso contrário, se a nível da sala de aula continuarmos a desenvolver um ensino igual para todos, não respeitando a especificidade de cada aluno, continuaremos a ter uma escola reprodutora da desigualdade social. Nesta sequência, Teresa Sarmiento (2002), refere que as transformações da escola estão submersas nas transformações da sociedade pelo que os professores deverão assumir uma readaptação atitudinal perante a escola e as suas finalidades. A autora apresenta a massificação e democratização do ensino, as transformações sociais, a diversidade cultural e social em que a escola se move, como alguns dos factores que poderão vir a colaborar na reconstrução da 'identidade profissional' dos professores.

## **II–Parte**

### **1. DESENVOLVIMENTO EMPÍRICO DO ESTUDO**

A participação colaborativa Parental/EEs na escola, como se fundamenta neste estudo, apresenta-se como uma mais-valia para todos os intervenientes no processo educativo - pais, alunos, professores e escola. Neste processo todos beneficiam com a partilha de experiências e saberes que se vão acumulando, desenvolvendo e enriquecendo cada um dos intervenientes em todo o processo educativo.

Para que nos fosse possível perceber se, de facto, existe participação Parental/EEs no PCT e de que modo se efectua essa mesma participação, realizámos um estudo de caso exploratório, numa escola do distrito de Coimbra, que denominámos “Escola Acolhedora”, cognominação atribuída por reconhecermos que houve nas relações interpessoais estabelecidas uma cultura de acolhimento, familiaridade e entreajuda de toda a comunidade escolar contactada, o que facultou o estudo em causa.

Prosseguindo o nosso propósito, definimos sete objectivos que serviram de pilar à realização da investigação realizada: ter um conhecimento da população alvo; verificar a existência ou não de relacionamento entre a escola e a família; compreender se a maior ou menor participação dos Pais/EEs está relacionada com o nível de escolaridade e/ou com o género (feminino/masculino); analisar a percepção dos DTs sobre o nível de conhecimento dos Pais/EEs acerca do que é o Projecto Curricular de Turma; identificar práticas de participação entre pais e professores na construção e acompanhamento do Projecto Curricular de Turma; conhecer o posicionamento dos Directores de Turma face às possibilidades de participação dos pais na construção do Projecto Curricular de Turma; analisar se na prática são cumpridos os normativos sobre a construção do Projecto Curricular de Turma; conhecer as preocupações e constrangimentos dos Directores de Turma, na liderança do cargo de Direcção de Turma.

No que concerne à população-alvo e por ser uma escola pequena decidiu-se realizar entrevistas a todos os Directores de Turma, para que fosse possível obter o máximo de informação que nos permitisse compreender como se processa, na escola “acolhedora”, a participação dos Parental/EEs, a nível da construção do Projecto Curricular de Turma. Optou-se pela entrevista exploratória e semi-estruturada por considerarmos que a mesma se adequava a este estudo e para que se pudesse obter dados comparáveis entre os entrevistados.

Assim, realizou-se um total de dezoito entrevistas, uma à Presidente do Conselho Executivo; nove aos Directores (as) de Turma e oito aos representantes dos Encarregados(as) de Educação das turmas de 5º e 6º ano.

O modelo de análise de dados desenvolveu-se através da análise de conteúdo e das linhas de força que a envolvem: o desejo de descobrir, materializando-se com base numa metodologia de categorização.

A categorização advém da distribuição dos elementos que constituem o conjunto de análise, por particularização dos conteúdos, seguindo-se um reagrupamento por afinidade, com critérios pré-concebidos e por nós referidos como subcategorias. O critério utilizado para a categorização emergiu da fundamentação teórica sobre esta matéria, sobre a realidade que possuíamos para análise bem como dos objectivos que foram definidos para a investigação.

De acordo com os objectivos traçados para esta investigação, foram construídas cinco categorias de análise – 1- caracterização da população; 2- relação escola/família; 3 - director de turma na construção do PCT; 4 - participação dos Pais/EEs: na escola/projecto curricular de turma; 5- constrangimentos dos directores de turma no desempenho do cargo. Para cada categoria foram indicadas as subcategorias que nos conduziram a um enquadramento e análise mais cuidadosa das categorias. Deste modo definimos como subcategorias – 1- sexo; idade; situação profissional; experiência profissional; cargos desempenhados nos últimos 10 anos; 2- envolvimento/participação entre os dois “mundos” da criança escola/família; obrigações da família/direitos; obrigações da escola; 3- a atitude do DT face à intervenção dos EEs no PCT; perspectiva dos pais face à função do DT; 4- participação activa dos EEs no PCT; colaboração entre os diferentes actores educativos no PCT; atitude da escola face à participação dos EEs no PCT; a atitude da escola face ao insucesso dos alunos; 5- dificuldade, ou não, no exercício do cargo; perspectiva do DT face ao cargo que desempenha; perspectiva da escola face ao desempenho do DT.

Para uma reflexão mais detalhada passamos a descrever o que nos foi proporcionado encontrar sobre a temática abordada.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO**

Na caracterização efectuada aos DTs, todos referiram possuir como habilitações literárias a licenciatura e possuem experiência no desempenho desta função.

Os Pais/EEs, na habilitação académica distribuem-se por: um é licenciado, três têm o 12º ano, um tem o 9º ano, dois têm o 6º ano de escolaridade e um a 6ª classe.

## **3. RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA**

No que concerne à relação escola/família, depreende-se que é essencial o envolvimento da família na escola para, em colaboração com o conselho de turma, ajudarem a combater os comportamentos desajustados de alguns alunos e promover a sua aprendizagem e sucesso global.

Os DTs evocaram que nem sempre os EEs comparecem na escola quando solicitados, no entanto, realçaram também que sempre que são avisados sobre os comportamentos incorrectos dos seus educandos comparecem para serem informados sobre a situação, sendo as mães quem habitualmente o faz. Desta forma deixam transparecer que a maior preocupação dos pais está na atitude comportamental que os filhos possam adoptar na comunidade escolar, descorando as aprendizagens e todo o percurso que as envolve. Este facto poder-se-á justificar pelo baixo nível académico que os EEs apresentam e que já tinha sido espelhado por nós aquando da

caracterização do meio em que a escola ‘acolhedora’ se insere, tal como consta no Gráfico-1. Como refere Glória (DT), ‘(...) o nível académico é muito baixo, mesmo muito baixo, não tenho nenhum EE com o 12.º ano, a escolarização deles é o 2.º ciclo e a maioria incompleto, (...)’. Estes factores poderão, de alguma forma, levar a que os pais não tenham grandes expectativas da escola, nem valorizem a instrução como um bem essencial para o desenvolvimento social.

Foi consensual entre os DTs e a Presidente do Conselho Executivo entrevistados que um maior envolvimento da família reflecte-se positivamente na escola, na família e na criança, facto que se consubstancia com aquilo que os investigadores sobre a temática têm vindo a evidenciar ao longo dos anos e de que fazemos referência na revisão da literatura.

Verificou-se também que a escola cumpre com o que está consignado nos normativos, no que respeita à obrigação de informar as famílias sobre o desenvolvimento escolar da criança. Cumpre igualmente com as suas obrigações básicas para com as famílias, segundo o nível 2 da tipologia de Epstein (1987) através do envio de convocatórias para reuniões. No que respeita às obrigações das famílias, verifica-se que a maior parte das vezes, os EEs não comparecem na escola para serem informados sobre os problemas de aprendizagem e integração dos alunos. No que concerne aos direitos dos EEs, a escola, através da colaboração do DT no levantamento das necessidades dos alunos, disponibilizou um reforço alimentar, ao pequeno-almoço, para os alunos que apresentam dificuldades económicas, a fim de serem satisfeitas algumas carências a esse nível.

#### **4. O DIRECTOR DE TURMA NA CONSTRUÇÃO DO PROJECTO CURRICULAR DE TURMA**

No que respeita à atitude dos DTs perante a intervenção dos Pais/EEs no projecto curricular de turma, verificamos que, de facto, os DTs não discordam com a participação dos Pais/EEs, no entanto, revelaram não terem o ‘costume’ de lhes solicitar o contributo. Uma DT, quando questionada sobre o porquê de não solicitar a participação dos Pais/EEs no PCT, referiu ‘porque não achou que fosse necessário’, atitude que, na nossa perspectiva, para além de não existir o ‘costume’ de solicitar a participação dos Pais/EEs no PCT, também não revela que a mesma seja valorizada.

Na perspectiva dos Pais/EEs, o desempenho e a atitude dos DTs, é que estes representam, para além de professor, um grande amigo; evidenciaram também a disponibilidade demonstrada por todos os DTs em saberem ouvir os pais e os alunos.

## **5. PARTICIPAÇÃO PARENTAL: NA ESCOLA/ PROJECTO CURRICULAR DE TURMA**

Também aqui não sentimos que haja grande contributo participativo dos Pais/EEs; houve apenas um DT a referir que embora a participação dos Pais/EEs não tivesse sido por aí além, deu sugestões a nível de actividades.

É referido pelos DTs, sobre o envolvimento entre os diferentes actores educativos no Projecto Curricular de Turma, que a participação dos Pais/EEs no PCT seria uma mais-valia para os professores, porque começavam a perceber melhor o seu papel e a compreenderem as suas atitudes para com os pais. Ao mesmo tempo seria um incentivo de envolvimento maior no processo de desenvolvimento das aprendizagens dos seus educandos e, para os alunos, através do envolvimento dos Pais/EEs, a sua atitude comportamental poder-se-ia alterar. Como nos dizem Don Davies et al. (1989) e Pedro Silva (2003), são as crianças de famílias de baixos rendimentos as que mais beneficiarão do envolvimento parental.

A este nível, verificou-se que tudo se desenvolve apenas no espaço da sala de aula, entre o professor e o aluno, no entanto, ressaltamos o depoimento da 'Laurinda'. (PCE): « (...). O seu contributo será uma mais-valia para os alunos, para a turma e para a escola. Só assim se compreende e justifica a sua presença nos CT».

## **6. CONSTRANGIMENTOS DOS DIRECTORES DE TURMA NO DESEMPENHO DO CARGO**

No que se refere aos constrangimentos evidenciados, houve unanimidade de que neste momento o DT se encontra 'dividido' entre a acção burocrática e a humana, existindo quase que um privilegiar compulsivo da função burocrática, em detrimento de uma acção mais interpessoal DT- aluno. Foi também referido por uma DT que a falta de autoridade de alguns professores lhe causa constrangimento no exercício da sua função, tendo o DT que exercer um papel mais activo e interventivo junto dos alunos. Os DTs estão conscientes de que é um cargo de muita responsabilidade e que deveria existir mais disponibilidade dos DTs para ouvirem os problemas dos alunos e dos pais e em conjunto procurarem as soluções possíveis.

Nas palavras proferidas pela PCE, verifica-se que na distribuição do cargo de DT, são ponderados alguns factores, tais como: a continuidade na direcção de turma, o perfil, a relação com os alunos e com a comunidade educativa.

Pareceu-nos existir satisfação e prazer dos DTs no desempenho do cargo, exceptuando um DT que referiu não gostar do cargo que exerce e como tal sentir alguns constrangimentos no seu desempenho.

### **III-Parte**

#### **1. CONCLUSÕES FINAIS**

Uma vez que utilizámos uma metodologia qualitativa de estudo de caso, não podemos generalizar as conclusões. Porém, sistematizaremos alguns aspectos que nos foram possíveis recolher ao longo desta investigação:

- A selecção de directores de turma, no caso presente, baseia-se em critérios tais como o perfil do professor; a relação com os alunos; a relação com a comunidade educativa e a continuidade da direcção de turma;
- Os principais constrangimentos identificados pelos DTs como impeditivos no desempenho do cargo referem-se à acção burocrática intensa; a falta de disponibilidade para ouvirem os problemas dos alunos e dos pais e a falta de autoridade de alguns professores;
- O cargo de DTs, na medida em que é entregue a professores com um perfil apropriado, é exercido com dedicação e satisfação. Por sua vez, a entrega deste cargo a quem não manifeste interesse no seu desempenho, acaba por causar grande insatisfação comportando como risco a não consecução adequada das funções previstas;
- Um maior envolvimento das famílias reflecte-se positivamente na escola, na família e na criança. De qualquer forma, os níveis esperados dessa colaboração ficam aquém da participação na construção do PCT, verificando-se que não há estratégias deliberadas no sentido de os DTs captarem as famílias para essa intervenção;
- A escola vai cumprindo com as obrigações básicas e mínimas para com as famílias, enviando convocatórias para reuniões, telefonando quando surgem situações urgentes e mais complicadas; no entanto, a maior parte das vezes os EEs não comparecem na escola para serem informados sobre a evolução e integração dos alunos. Os DTs justificam esse afastamento ao baixo nível cultural das famílias e às baixas expectativas que estas têm sobre o que a escola pode trazer de mudança na vida dos seus filhos. Os problemas comportamentais, por sua vez, constituem a área em que revelam maior preocupação, comparecendo na escola sempre que são convocados por questões de teor disciplinar;
- Os EEs têm uma perspectiva muito positiva do Director de Turma, valorizam o seu desempenho, referem que o DT, para além de professor, representa um grande amigo, está sempre disponível para os atender e resolver os problemas dos filhos.

Numa síntese final, cruzando os dados analisados com os referenciais teóricos e a reflexão sobre a nossa prática profissional, verificamos que a participação parental está ainda muito aquém daquilo que seria desejável, para que efectivamente se torne uma realidade, a participação colaborativa entre todos os agentes educativos, de forma a acautelar a promoção dos interesses

dos alunos, das famílias e dos professores. Esta perspectiva de que a participação, cooperação e a corresponsabilização educativa é benéfica para todos, parece não estar ainda consciencializada, quer na comunidade educativa, quer nas famílias, o que faz com que os elementos internos à escola continuem a fazer as suas análises na base de definição de fronteiras em que a participação Parental/EE na escola, continua a ser olhada como a presença de ‘alguém muito estranho’ que nada tem a ver com o que se passa no interior da escola e a quem não há contas a prestar. Ou seja, a sua presença pode acontecer mas continuam a ser entendidos como estranhos a quem, com dificuldade, se lhes possa reconhecer direitos. Por sua vez, as famílias também ainda não se consciencializaram de que o seu contributo participativo pode trazer benefícios para todos os intervenientes no processo educativo, pelo que, a maioria das vezes assumem uma postura de indiferença nos conselhos de turma, onde a sua participação deveria ser ‘activa’, expondo os problemas que mais afectam os seus educandos as famílias e, que se reflectem no sucesso dos jovens, só com uma participação colaborativa poderá existir entendimento entre todos os intervenientes no processo educativo.

## **2. QUESTÕES EM ABERTO**

O interesse do nosso estudo não se esgota neste caso específico, uma vez que contribui para um aprofundamento do conhecimento na área investigada, nomeadamente: na relação que se estabelece entre escola-família, entre os pais e o DT para a construção do PCT e os benefícios que ocorrem para todos os intervenientes nesta relação, tendo em vista o sucesso educativo das crianças e que poderá ser aprofundado, pelo que consideramos pertinente deixar algumas questões em aberto:

De que forma poderão intervir os Representantes dos EEs nos conselhos de turma para que a sua participação seja uma realidade? Como se pode projectar a educação sem a participação dos principais intervenientes na sua definição? O PCT já conseguiu ampliar as suas finalidades para lá da instrução? Será a participação parental uma realidade ou uma utopia?



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bronfenbrenner, Urie** (1987). *La ecología del desarrollo humano*. Barcelona: Paidós.
- Davies, Don** (Direc.) (1989). *As Escolas e as famílias em Portugal: realidade e perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Diogo, José** (1998). *Parceria Escola - Família, A Caminho de uma Educação Participada*. Porto: Porto Editora.
- Leite, Carlinda; Gomes, Lúcia; Fernandes, Preciosa** (2001). *Projectos Curriculares de Escola e de Turma, Conceber, gerir e avaliar*. Porto: Edições ASA.
- Macedo, Berta** (1995). *A Construção do Projecto Educativo de Escola, Processos de definição da lógica de funcionamento da escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.
- Marques, Ramiro** (2002). *O Director de Turma e a relação educativa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Montadon, Cléopâtre** (2001). O desenvolvimento das relações Família-Escola, problemas e perspectivas. In Montadon, Cléopâtre; Perrenoud, Philippe, *Entre Pais e Professores um Diálogo Impossível? Para uma Análise Sociológica das Interações Entre a Família e a Escola*. Oeiras: Celta Editora, pp. 13-26.
- Roldão, M<sup>a</sup> do Céu** (2007). *O director de turma e a gestão curricular*. Cadernos de Organização e Administração Educacional (nº 1).
- Sarmiento, Manuel; Ferreira, Ilídio** (1999) Comunidades Educativas: A Ideia Pedagógica e a Realidade Organizacional in Formosinho, João; Fernandes, António; Sarmiento, Manuel; Ferreira, Fernando, *Comunidades Educativas Novos Desafios à Educação Básica*. Coleção Minho Universitária, Livraria Minho pp. 89-133.
- Sarmiento, Teresa** (2002). *Histórias de vida de Educadoras de Infância*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Sergiovanni, Thomas** (2004). *O Mundo da Liderança, Desenvolver culturas, práticas e responsabilidade pessoal nas escolas*. Porto: Edições ASA.
- Silva, Pedro** (2003). *Escola - Família, uma Relação Armadilhada, Interculturalidade e Relações de Poder*. Porto: Edições Afrontamento.
- Zabalza, Miguel**, (1992). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Rio Tinto: Edições ASA.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

**Leite**, Carlinda; Fátima (2000). Projecto Educativo de Escola, Projecto Curricular de Escola Projecto Curricular de Turma, o que têm em comum? O que os distingue? Consultado no dia 30 de Março de 2008, disponível em:

[www.netprof.pt/PDF/projectocurricular.pdf](http://www.netprof.pt/PDF/projectocurricular.pdf)

## LEGISLAÇÃO REFERIDA

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio	Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
Decreto Regulamentar 10/99, de 21 de Julho	Define as condições de funcionamento e respectiva coordenação das estruturas de orientação educativa prevista. Reitera o perfil vago do DT.
Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro	Estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico).
Decreto-Lei 3/2008, de 18 de Janeiro	Apresenta a primeira alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário
Decreto-Lei Nº 75/2008, de 22 de Abril	Aprova o regime de autonomia, administração e gestão das escolas públicas, do pré-escolar e do ensino básico e secundário